**Ata da 199ª Reunião Plenária Ordinária**

Aos 18/04/2018, sob a presidência do Senhor Secretário Adjunto da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Senhor Ricardo Viegas, realizou-se a 199ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

**Expediente:**

1. Discussão e votação da Ata da 198ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

2. Informes.

3. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

**Ordem do dia:**

1. Apresentação do “Programa de Defesa e Vigilância Ambiental e Operação Integrada Defesa das Águas” pela Conselheira Angela Maria Branco, representante da Secretaria Municipal de Segurança Urbana – SMSU/Guarda Civil Metropolitana - GCM.
2. Apresentação do “Projeto Ligue os Pontos – PMSP/SMUL – Premio Mayors Challenge – Bloomberg Philanthropies” pela Conselheira Patrícia Marra Sepe, representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL.
3. Apresentação sobre o Ofício SEI nº 6068.2018/0000426-2, que trata do Parque dos Búfalos – Residencial Espanha.
4. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

**Anexos:**

- Ata da 198ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Bom dia a todos e a todas. Nós estávamos aqui aguardando - ainda não temos quórum, faltam três, até porque haverá aqui alguma inversão de pauta inicialmente. Eu declaro aberta a 199ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES. Vou passar a palavra ao Devair para fazer a coordenação dos trabalhos.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Bom dia a todos e a todas, nós vamos iniciar a reunião. Passando para o primeiro ponto do Expediente, de hoje, que será a apresentação do ofício SEI número 6068.2018/0000426-2, que trata do Parque dos Búfalos - Residencial Espanha, pelo nosso Chefe de Gabinete, Senhor Rodrigo Ravena.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Bom dia a todos. Esse foi um item incluído a pedido da Secretaria de Habitação. Acho que como todos os membros do CADES sabem o Parque dos Búfalos, o Residencial Espanha está pronto, está prestes a ser entregue para ocupação, para utilização dos moradores e a gente precisa dar continuidade à implantação do parque. O cercamento já está autorizado, estamos aguardando a liberação de dinheiro do Fundo. A liberação do FMSAI para fazer o cercamento, só que a Secretaria de Habitação entendeu que necessário se faz começar a instalação dos prédios institucionais do parque, para, definitivamente, marcar a ocupação da área como parque e impedir invasão, impedir que a área se degrade. Existem outras tratativas no meio do caminho para ampliar a área do parque com algumas outras áreas que são do Estado, mas isso não é para o momento. Como se trata de uma intervenção e obra em área de proteção ambiental, o CADES precisa estar ciente de que a Secretaria da Habitação, na continuidade do programado para a implantação do Parque dos Búfalos, está solicitando autorização para começar a intervenção das áreas institucionais do parque. Vou lembrar mais uma coisa: as áreas institucionais do parque estão divididas em três blocos. Um bloco que é do Verde e do Meio Ambiente, que são as áreas institucionais de educação ambiental, vigilância, administração do parque - que é esta obra que vai ser realizada - e duas outras áreas institucionais. Uma da Cultura e uma da Educação. As duas obras de Cultura e Educação não se iniciarão agora. A área destinada a essa implantação vai ficar reservada e a obra vai ser feita em parte da área que terá ocupação da Secretaria do Verde para possibilitar efetivamente a ocupação da área e da destinação da área como parque. Então, como exigência legal que o CADES seja comunicado e haja autorização para que se iniciem essas obras, estou trazendo a questão para aprovação dos Conselheiros e, lembrando também, que considerando a área de ocupação para construção, seria de quinze por cento para as três secretarias, Cultura, Saúde e Verde. Essa obra ocupa mais ou menos quatro por cento da área institucional. Então, não tem aumento de área, não tem intervenção na área de proteção propriamente dita. É na área de intervenção institucional, que já estava prevista no projeto, que foi aprovado também por este Conselho. Então, a Secretaria tinha que trazer, a pedido da Secretaria de Habitação. Acho que a gente coloca a votos ou se alguém quiser um esclarecimento, está aberto para esclarecimentos. Se ninguém tem nenhuma dúvida... Eu tinha pedido para a Secretaria de Habitação trazer para a gente poder pelo menos mostrar no mapa, mas chegando o mapa eu mostro exatamente onde vai estar a área de intervenção e que a área grande de proteção está preservada e o que tem lá é um pedacinho. De qualquer forma, a gente mostra agora e como não há dúvida, a gente considera aprovado o início da intervenção nas áreas institucionais no Parque dos Búfalos. Mas, vamos mostrar de qualquer forma onde que vai ser a intervenção.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - O Senhor Antônio está se preparando para fazer a apresentação.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Na verdade, para a gente mostrar exatamente qual vai ser a intervenção e que pedaço sobra e onde exatamente essa área institucional vai ser inserida no parque. Antônio Matsuda, se a gente conseguir mostrar só a área de implantação.

**José A. Wagner Neto (SEHAB)** - Bom dia a todos. A área de implantação é essa mancha branca e aqui é a área verde do loteamento. Essa área de implantação prevista originalmente no projeto ela tem aproximadamente trinta e oito mil metros quadrados e a implantação dos equipamentos necessários superou. O índice seria zero um e estava dando zero doze e, por isso que a gente precisou dessa incorporação do uso do potencial construtivo da área verde. Basicamente é isso. Esses equipamentos eles já tiveram que sofrer uma redução, um ajuste, em função dessa dificuldade imposta pela legislação de ocupação. Mas, de qualquer forma, ele passou por uma reavaliação de todas as Secretarias envolvidas: de Saúde, Educação, SMADS, junto com a Secretaria do Verde, e nós temos hoje um documento em que esses equipamentos dão conta da demanda social, basicamente - saúde, educação - daquele local, por uma razão muito simples: está oscilando entre sessenta, setenta por cento da população que vai ser reassentada no Espanha vem da própria região. Então, eles têm algum tipo de atendimento hoje lá na própria Cidade Ademar, o que não gera uma demanda adicional, uma muito grande. Então, é basicamente isso e a ideia depois é que essa área institucional, através de um entendimento com a Secretaria do Verde, ela possa ser incorporada ao parque, porque nessa região voce deixar uma área para Educação tomar conta desse terreno não é conveniente. Incorpora ao parque, aumenta o grau de proteção dela.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Exatamente. Essa fala é importante para complementar o que eu havia falado. Ele disse que a parte da educação e esporte não seria implementada. A área que sobra ali, que está branca no final, é incorporada como área de proteção e passa a fazer parte dessa área verde maior e é a diminuição da área institucional.

**José A. Wagner Neto (SEHAB)** - Posso passar mais um slide, que a gente mostra de onde vem a demanda. Na verdade, esse empreendimento ele foi vinculado para atender a demanda do PAC 2 e de mananciais, que foi cancelado. Então, foi um problema de recursos para a SEHAB, mas ele deu oportunidade para gente resolver alguns problemas muito sérios que tinham no entorno do empreendimento, como, por exemplo, a Favela da Fumaça, que é essa área aqui, que é uma área muito próxima do empreendimento e que é uma área da EMAEe que a EMAE está fazendo os empreendimentos... Nós vamos remover toda a Favela da Fumaça e ela vai ser incorporada ao parque. Então, além de ser uma área importante - isso daí está dentro da represa -, ela vai permitir a ampliação do parque e um acesso diferenciado para o parque. A outra área - a favela Santa Amélia, que são noventa e cinco famílias aqui, que também já tem um processo de reintegração de posse e elas também vão ser removidas, o que vai permitir um acesso muito bom para o parque aqui onde vai estar localizado a área institucional da implantação do Parque dos Búfalos. Além disso, vamos remover cento e sessenta famílias da Favela do Fundão, que também é uma área de risco, uma área que as ocupações estão dentro da represa e vai permitir regularizar essa área toda aqui, que é muito importante, fora as outras remoções que já estavam previstas no PAC. Com isso, a gente consegue remover integralmente três favelas que não tinha a menor possibilidade de regularização - impossível fazer o saneamento. A melhor situação possível, que é remover as famílias já para um atendimento habitacional definitivo. Então, isso daí também traz um ganho ambiental interessante para aquela região como um todo. Mais alguma informação?

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Gostaríamos de agradecer o Senhor Neto, de SEHAB, pelas informações e apresentação na manhã de hoje. Segundo ponto da ordem do dia: apresentação do Programa de Defesa e Vigilância Ambiental e Operação Integrada Defesa das Águas pela Conselheira Ângela Maria Branco, representante da Secretaria Municipal de Segurança Urbana - SMSU - Guarda Civil Metropolitana (GCM).

**Cons. Ângela Branco** - Bom dia a todos os Conselheiros, demais presentes. Agradecemos a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, a quem represento, a presença da Guarda Civil Metropolitana -  Inspetor Maia. Vamos apresentar o Programa de Defesa e Vigilância Ambiental da Secretaria. A demanda era também para que fizéssemos a apresentação da Operação Integrada Defesa das Águas, que é uma ação dentro desse programa. Então, nós vamos aproveitar a oportunidade, vamos mostrar o programa como um todo, depois centrarmos algumas das informações sobre a operação que diretamente é realizada pela Secretaria de Segurança Urbana. Esse programa ele foi criado em 2014 e ele é dividido em operações e uma área mais de vigilância. Esse programa ele está vinculado ao Gabinete do Secretário e ele é desenvolvido pela Guarda Civil Metropolitana e pelo Núcleo Técnico de Gestão Ambiental da Secretaria. Esse programa, ele tem diversas ações, sendo que aqui, a primeira que aparece, é a Operação Integrada Defesa das Águas. Além dela, também temos a Vigilância sobre Resíduos, EDUCAM, a Central de Monitoramento de Áreas Ambientais prioritárias, o Serviço de Resgate de Animais Silvestres, e o Comitê Municipal de Enfrentamento ao Tráfico de Animais Silvestres, abarcados por esse programa. Ao longo da apresentação, eu vou fazer uma apresentação geral para que voces entendam. Eu entendo que esse momento é bastante oportuno e importante porque constantemente as pessoas têm uma visão, um entendimento não errôneo, mas qual é a atribuição dessa Guarda? Quem é essa Guarda, o que ela faz? Então acredito que a apresentação do programa irá clarear a ideia de várias pessoas. Próximo, por favor. Começando pela Operação Defesa das Águas - não está dando para ver direito, acho que está muito iluminado -, mas esse é um grande desafio da Prefeitura de São Paulo, porque ele envolve a questão da moradia, um déficit de moradia, precisaria, então, oferecer moradias, garantir água de qualidade, garantir a biodiversidade. Em resumo, é garantir praticamente a saúde ambiental da metrópole, associada, obviamente, a uma série de outras ações, obviamente, que essa operação abarca. Falar um pouquinho como é que é constituído esse programa. Na verdade, o programa Operação Integrada é entre a Prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado. Na Prefeitura de São Paulo, os órgãos que participam: Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Secretaria de Segurança Urbana e a Secretaria de Coordenação das Prefeituras Regionais. Esses são, atualmente, no convênio recém firmado, as três Secretarias que contempla o Programa. No Estado de São Paulo, para quem conheceu a Operação Defesa das Águas, participam todos aqueles antigos integrantes, então, Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, SABESP, Habitação, a Secretaria de Segurança Pública por meio da Polícia Militar, Polícia Civil, Secretaria de Energia (EMAE), Secretaria de Meio Ambiente e a Política Militar Ambiental, CETESB. *Próximo*. Eu vou destacar aqueles cento e cinquenta e sete perímetros ambientais, que são áreas monitoradas, tem áreas de risco dentro desses perímetros, mas, além desses perímetros, têm muito mais áreas que foram contempladas dentro da nova ótica do programa. *Próximo*. Ou melhor dizendo, da operação. Hoje, a operação ela atua por meio desse convênio, que foi assinado em novembro de 2015, com validade até 2019, cujo objeto é o incremento das ações de fiscalização, monitoramento e contenção ambientais nas áreas de proteção dos mananciais localizadas no Município de São Paulo, por meio da implementação de plano de ação integrada denominado Operação Integrada Defesa das Águas, mediante a coordenação e a conjunção de ações e esforços dos partícipes no âmbito de suas respectivas competências. O objetivo é coibir ações lesivas ao meio ambiente, a ocupação irregular em área de mananciais visando a preservação do seu caráter de produtora de água e de serviços ambientais. A coordenação do programa, no âmbito da Prefeitura Municipal, está a cargo da Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais. Tem o Comitê de Coordenação Geral e tem o Grupo Executivo. O Grupo Executivo ele é formado pelos titulares ou Secretários Adjuntos de Governo de todas aquelas Secretarias que foram listadas, mais da CETESB, representada pelo seu Diretor-presidente ou, Diretor de Licenciamento e Gestão Ambiental. No âmbito da Prefeitura de São Paulo, os titulares são os Secretários ou Secretários Adjuntos daquelas Secretarias que foram listadas: Prefeituras Regionais, Verde e Meio Ambiente, Segurança Urbana e também o Secretário Executivo do GGI. GGI é o Gabinete de Gestão Integrada para assuntos relacionados à segurança. *Pode voltar, por favor. Próximo. Esse agora*. Essa é a composição do Comitê e do Grupo Executivo. Além deles, deve haver os Comitês de Coordenação Local. Estão previstos nove comitês. Ora eles são por Prefeitura Regional, a exemplo da Região Sul, que é um comitê por cada Prefeitura Regional. A exemplo Parelheiros, Capela do Socorro, M'Boi e Cidade Ademar. Em outras regiões, por exemplo, já se concentra algumas Prefeituras. Tem comitê que é composto por três, quatro Prefeituras Regionais. Isso principalmente na Região Norte e Leste. No total, teriam vinte Prefeitos Regionais envolvidos nesse processo. As ações e operações desse ano ela ocorrem uma na esfera que são pontuadas mesmo, na esfera da operação. Para ser pontuada na esfera de operação pela Secretaria de Segurança Urbana, nós consideramos algumas características daquela ação, que parte de um planejamento, de uma reunião de planejamento da ação operação, a partir desse planejamento, a ação operação de fato. E que essa ação operação envolve integrantes da Prefeitura, representantes dos órgãos da Prefeitura e do Governo do Estado. É isso que caracteriza essa operação, realmente uma ação integrada. A Secretaria Municipal de Segurança Urbana ela consegue pontuar o que está ocorrendo no território porque ela está sempre presente na ação. A Guarda Civil Metropolitana ela está participando desde o momento do planejamento até o momento da operação, dando suporte, dando apoio à agente público. Então, tem um entendimento também errôneo que a Secretaria Municipal de Segurança Urbana que coordena toda essa operação. Não é bem assim que ocorre. Nosso Secretário, Coronel José Roberto, junto ao Secretário do Verde e Meio Ambiente, na Secretaria do Verde, na figura do Doutor Ricardo, estão promovendo as reuniões, os planejamentos, e na esfera local lá da Prefeitura Regional tem Prefeitos atuando fortemente. Então, a exemplo de uma região que nunca parou com as ações da Operação Defesa das Águas é Parelheiros. É apenas um exemplo, mas tem outras Prefeituras. E também tem Prefeituras que às vezes o Prefeito Regional nem está fazendo aquela reunião, mas, de fato, aquela ação que ele está fazendo lá na ponta é a Operação. Então, esse mapa que nós monitoramos, esses pontinhos, eles apontam as regiões onde estão ocorrendo operações. No ano de 2017 - eu estou trazendo dados de 2017 -, ocorreram novecentos e oitenta e cinco ações operações no âmbito da OIDA. Tudo o que a Secretaria faz é baseado em instrumento legal que lhe dá competência. O que mais atua nessa operação é toda a Guarda Civil Metropolitana, mas tem uma atuação especial da Ambiental, pela Superintendência de Defesa Ambiental. Isso está previsto no artigo 32-C que introduz a Superintendência de Defesa Ambiental na estrutura da Guarda Civil Metropolitana e ali fala que ela tem que apoiar as ações decorrentes do exercício de poder de polícia administrativa desenvolvidas pelas Subprefeituras, na ocasião eram Subprefeituras, e pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, especialmente nas áreas de proteção permanente de mananciais, conforme plano e programação estabelecidos conjuntamente. *A próxima*. Só destacando também esse mesmo artigo, ele diz que a Superintendência de Defesa Ambiental tem que manter atualizadas as informações sobre as ações de fiscalização, monitoramento e vigilância ambiental. Então, é nesse âmbito que nós, o Núcleo Técnico de Gestão Ambiental e a Superintendência atuam. *Próxima, por favor*. Esse papel da Guarda ele é bem marcante como uma estrutura de apoio à fiscalização. Tudo começa - na verdade essas ações lesivas ao meio ambiente -, normalmente começa, com uma ação de desmatamento, uma ação de queimada. No ano de 2017, a Guarda Civil ela apontou seiscentos e treze ocorrências contra o meio ambiente envolvendo, por exemplo, desmatamento. *Próxima, por favor*.  Na atuação do Vide Resíduos, que é uma outra área que nós olhamos com relação a descarte irregular, nós também observar, que é a questão do descarte, muitas vezes ele começa lá na retirada de terra e depois como descarte: pessoas aterrando área de mananciais com esses inertes, com material retirado lá de áreas de barrancos. Com relação a esse item, a Guarda, ela fiscaliza o transporte e o descarte irregular de resíduos em áreas ambientais de forma articulada e integrada com os demais órgãos de fiscalização. Cento e quarenta e uma ocorrências. A Operação Verão é um outro item que é feito e ela desde de fiscalização de equipamentos náuticos, mas também ela fiscaliza toda a bordade represa. O artigo 32-C diz "promover o ordenamento da fiscalização do tráfico de embarcações e dos equipamentos náuticos em geral nas praias fluviais e lacustres do Município de São Paulo, respectivas áreas adjacentes".  2017 foram registradas oito mil, novecentos e trinta e oito rondas náuticas. *Próxima*.  A Operação Fogo Zero é uma operação que é desenvolvida pela Defesa Civil e Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. A Superintendência de Defesa Ambiental também participa. Houveram vinte e duas ocorrências registradas pela Guarda Civil Metropolitana em 2017. A Central de Monitoramento de Áreas Ambientais e Biodiversidade é mais uma daquelas caixinhas do programa. Ela ainda está em processo de implantação. Ela é prevista no artigo 32-C, IV, que diz que tem que promover o monitoramento e a vigilância da cobertura florestal em conformidade com as diretrizes superiores na área de meio ambiente. O que é que esse mapa aponta? Esse mapa aponta que, desde 2014 para cá, quando foi criado o programa, estão sendo monitoradas, independentemente daqueles perímetros ambientais da OIDA, trezentos e trinta e cinco áreas, áreas que sofreram uma pressão de ocupação nesse período e essas áreas são monitoradas pelo grau de gravidade, pelo número de residências - de moradias, melhor dizendo - que são estabelecidas nessa área de menor ou maior risco. A próxima, por favor. A partir daqueles pontos, são feitos relatórios. Cada ponto daqueles tem um relatório que nós chamamos da Linha do Tempo, que é um relatório de detecção de mudança. Esse relatório vai dizer se aquela ocupação que iniciou com um pequeno desmatamento houve ocupação, se ela foi retirada ou se ela está progredindo. Próximo, por favor. Esses relatórios são baseados em imagens de satélite disponibilizadas pelo próprio grupo. As fotos de sobrevoo - teve um período que tanto a Secretaria do Verde e Prefeitura Regional e Segurança Urbana sobrevoavam, então, tem muito material de sobrevoo - e, mais recentemente, o drone, que se mostra como uma ferramenta muito eficaz para monitorar esses pontos. *Mais um*. Como que se dá esse relatório? Ele tem um marco zero, que descreve essa área e, ao longo do tempo, ele vai mostrando o que está ocorrendo nessa área. Tem casos que é de sucesso. O ponto ele surge no mapa e depois ele continua lá, mas dizendo, olha, essa ocupação foi removida, mas é um ponto para ficar constantemente sendo monitorado ou então não. Ela progride. *Próximo, por favor*. Na verdade, tudo se conversa com a operação. Nós falamos que a operação integrada defesa ambiental, na verdade, porque qualquer ação no meio ambiente reflete, repercute no outro elemento. Aqui eu trago algumas imagens de um indicador da pressão urbana e humana sobre o meio ambiente, vitimando animais silvestres. Então, nós temos desde animais resgatados, atropelados. Esses aqui são todos animais resgatados na cidade de São Paulo. Jaguatirica atropelada, filhote órfão porque a mãe foi morta por caçadores ou porque foi retirado de área de queimada, bugios eletrocutados, capivaras, que dizem, que é invasores de domicílio, animais apreendidos do comércio legal, ou seja, do tráfico de animais. *Próximo*. Também esse serviço dentro do programa ele é previsto no decreto, artigo 32-CIII "promover o resgate e a vigilância de animais silvestres nativos vitimados de forma integrada com os demais órgãos de fiscalização e de manejo". Essa imagem são duas equipes de quatro guardas cada uma e uma viatura customizada para o próprio serviço, identificando que é um serviço de resgate. *Próximo.* Então, essa é a viatura. No ano de 2017, foram resgatados dois mil, setecentos e cinquenta e três animais. *Próximo*. A palavra vigilância aparece muito clara aqui, que vigilância não é só estar vigilante vinte e quatro horas por dia acompanhando tudo o que ocorre, mas a vigilância numa ação de prevenção, estar prevendo qualquer problema e estar preparado para enfrentar qualquer problema. Esse trabalho também se caracteriza como um trabalho de vigilância em saúde. Quando esse serviço foi criado, foi pensando na saúde também do humano, que é aquele cidadão que encontra um animal silvestre e não sabia como levar esse animal a um serviço de resgate. E aí entra a Guarda, que ela é treinada, ela é capacitada, ela está imunizada e até então nós destacávamos algumas doenças de risco para a população que faz esse manejo indevido com animal silvestre, querendo até protegê-lo, como a raiva, malária, que ocorre, a febre maculosa, leishmaniose, leptospirose e nem pensávamos, por exemplo, em febre amarela. E febre amarela agora é o marco que demonstra como estar vigilante, como estar pensando em vigilância realmente é bom porque o primeiro bugio positivo para a febre amarela no Município de São Paulo, que foi um resgate que ocorreu em outubro ou novembro último na Serra da Cantareira, positivo para a febre amarela, foi ele que alertou que a doença havia chegado na cidade. Esse resgate foi feito pela Guarda Civil Metropolitana. *Próximo*. Todo animal resgatado ele é dado encaminhamento. O encaminhamento é para Divisão Técnica de Medicina Veterinária e Manejo da Fauna Silvestre da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, o DEPAVE 3, que tem um Centro de Manejo e Conservação de Animais Silvestres no Parque Anhanguera. *Próximo*. Lá nesse centro os animais são recepcionados. A Guarda entrega todo animal resgatado e a partir daí passa a ser a responsabilidade da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. *Próximo*. Eles são cuidados, são destinados e dado prioridade a soltura desses animais. Isso demonstra um trabalho integrado. Para voces observarem, inicialmente houve uma integração de Núcleo Técnico de Gestão Ambiental, que eu coordeno na Secretaria, com a Guarda Civil Metropolitana. A partir dessa integração criando programa, um outro passo foi integrar com a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, com as questões afetas, que são assuntos que não dá para separar. Uma outra ação é o Comitê Municipal de Enfrentamento ao Tráfico de Animais Silvestres, também que envolve algumas Secretarias Municipais. Hoje mais fortemente que atua é a nossa Secretaria de Segurança Urbana e Verde, mas também no processo entra Educação, Saúde e Prefeituras Regionais. *Próxima*. E esse trabalho é integrado com o Governo do Estado, com o Governo Federal e as organizações da sociedade civil. Próximo. Outras ações socioeducativas está previsto no artigo 32-C VI "participar de atividades de educação ambiental nas comunidades locais em conjunto com outros órgãos públicos, organizações da sociedade civil". *Próximo*. Aqui a viatura do EDUCAM e os guardas. Eles levam os equipamentos, eles fazem atividade com as crianças, eles mostram o trabalho que é feito, quer dizer, o trabalho que mostra o que que a Guarda Civil faz no campo com a área ambiental e essas ações são socioeducativas, envolvendo a comunidade nesse processo. *Próximo, por favor*. Todas as informações, todo o trabalho da Guarda, à medida do possível, que dizer, não na medida do possível, mas que tenha que ser, que é importante definir o local onde ocorre são todas informações são geo referenciadas, então ações, operações, resgates. *Próxima*. Esse trabalho é feito constantemente pelo Núcleo para uma constante validação, entendimento e aprimoramento do processo e entender o processo que ele ocorre na cidade. Esse, por exemplo, é um mapa do resgate que ocorreu só de 2017. Estão apontados aqui e ali é um mapa da Central de Monitoramento das Áreas Prioritárias. *Próximo*. Quem faz esse trabalho é a Guarda Civil Metropolitana, mas por meio da Superintendência de Defesa Ambiental. Foi criada pelo Decreto municipal 55763, de 10 de dezembro de 2014. Na estrutura prevista pelo decreto, teria toda essas estruturas e ela tem como missão "defender e fiscalizar, preventiva e permanente e comunitariamente as áreas ambientais ameaçadas de degradação, as áreas de proteção ambiental, as áreas de preservação permanente, as áreas de mananciais, zonas especiais de preservação ambiental - ZEPAMs -  e outras áreas de interesse ambiental do Município de São Paulo, visando prevenir e reprimir ações predatórias ao meio ambiente, atividades indutoras de ocupação urbana nos termos da legislação vigente". *Próximo*. As inspetorias que operam. É interessante esse processo de implantação das inspetorias em parceria com o Verde e Meio Ambiente. Então, geralmente essa Guarda está estabelecida em locais que são parques municipais. Essa é a inspetoria Anhanguera, no Parque Anhanguera. *Próximo*. A Cantareira também, no parque natural. Parque Natural não. É que isso aqui é a Cantareira, eu estou falando da região ainda norte. *Próxima*. Na região Leste, IRDAM Carmo,no Parque do Carmo. *Próxima*. Essa, sim, é da Capivari-Monos, no parque natural. *Próxima*. As bases de defesa ambiental Barragem e Bororé e ainda - *mais uma* - a Náutica. Essa é a estrutura física onde estão estabelecidas as sedes da Superintendência de Defesa Ambiental. *Próxima*. Alguns meios e ferramentas. Então, ela trabalha com viaturas diferentes, viaturas 4 x 4, trabalha com barcos e botes. *Próxima*. E ferramentas que não obrigatoriamente precisam estar na SUDAM, por exemplo, o drone **(ininteligível)** é uma **(ininteligível)** que vai ser em forma de uma inspetoria e dar total apoio às ações da Ambiental e também pode ser uma ferramenta com a própria Ambiental, que é treinada e capacitada para usar essas imagens. No ano passado, quarenta e sete mil, quinhentos e oitenta e oito rondas dentro desse programa de defesa e vigilância ambiental. *Próximo*. Só para voces terem uma ideia de número, aqui estão separados por inspetoria, mas vamos falar do total. Em termos de estrutura, hoje a SUDAM ela possui trezentos e trinta e seis Guardas Civis Metropolitanos Ambientais, vinte e seis viaturas, quatro embarcações e três bases comunitária móvel. A base comunitária é aquela que faz o trabalho de educação ambiental. *Próxima, por favor*. Essa é a apresentação do Guarda Civil Metropolitano. Hoje causa um pouquinho de confusão, porque às vezes a pessoa olha esse uniforme, fala "ah, isso é exército". Não, é a Guarda Civil Metropolitana. E recentemente a Polícia Militar passou também a usar esse uniforme camuflado, essa farda camuflada. Mas é importante, porque se voce trabalha na área de meio ambiente, a vestimenta tem que ser realmente camuflada para voce não ser alvo das pessoas que estão cometendo um ilícito e tem que, sim, estar camuflado nesse meio. Mas essa é a Guarda. Hoje aqui nós não temos nenhum representante com essa farda. O Inspetor Maia ele é da Superintendência de Defesa Ambiental, mas voces os identificam por esse vestimento. *Próxima*. E para completar, eu me lembro das vezes a pessoa fala "como é que aciona essa Guarda"? O telefone é 153. Essa é a central para chamar essa Guarda Ambiental, como a outra também, mas qualquer denúncia deve ser encaminhada para o 153, qualquer resgate de animal, 153, e o serviço irá comparecer ao local. E, buscando o lema da Guarda: uma Guarda aliada, protetora, amiga. Eu fecho sempre com essa imagem da sussuarana, porque aqui está o símbolo; essa defesa ambiental vai ganhar essa luta ou não, porque hoje no Município de São Paulo não temos mais ocorrência de onça pintada, nós só temos a onça-parda ainda registrada no Município de São Paulo, ocorrendo a Região Sul e ao norte, na Cantareira, e o dia que nós não tivermos mais a ocorrência desse exemplar, que esse animal é topo de cadeia, ele representa muito na biodiversidade, o dia que nós não tivermos mais a onça pintada, além de ela ter sido eleita o símbolo da cidade de São Paulo, nós estamos perdendo a batalha com relação à pressão sobre o meio natural. *Próxima*. Obrigada. Talvez os Senhores ficaram com uma expectativa de dizer "ah, vou mostrar o que que a Guarda Civil Metropolitana tem feito". Lembrando que o efetivo da Guarda Civil Metropolitana, por isso eu queria falar do Inspetor Maia, é em torno de seis mil Guardas e trezentos e trinta e quatro estão só com essa missão de Ambiental, certo, Inspetor? O Senhor quer completar alguma informação? Acho importante. Por favor. Então,lembrando que o papel da Guarda Civil Metropolitana, como ele está no território, ele detecta e ele informa os demais órgãos para atuarem. Infelizmente, a ação de fiscalização ainda está restrita, mas nós estamos aí num processo de discussão para ampliar a ação da fiscalização pela Guarda, dar mais atribuições para ela, que esse é um objetivo da Secretaria e vamos ver se conseguimos dar mais esse salto. Muito obrigada. Vou passar para o Inspetor Maia.

**Inspetor Maia** - Bom dia a todos os componentes que estão à mesa e também os convidados. Ao que aqui está representando o Secretário também. Nós não temos a acrescentar, mas só falar em relação ao Parque dos Búfalos. Foi mencionado no início. O Parque, a nossa Náutica, o nosso trabalho de náutica, que fica na Avenida Atlântica, ele é um trabalho que já foi integrado o drone, a Secretaria do Verde, a Guarda Civil Metropolitana. É um trabalho que as pessoas às vezes não têm noção, mas quando fazemos a prisão e a apreensão de caminhões que estão sempre nas proximidades das represas, isso aí as pessoas não têm a noção do que é isso, porque o resíduo sólido ele é matéria-prima para poder chegar por trás das casas irregulares que são construídas próximas das represas e essa é uma matéria-prima para eles colocarem para poder ir avançando sobre as águas e quando há apreensão dos caminhões e a prisão, a gente vê o resultado. Para quem está de fora, não percebe, mas se não tiver esta operação integrada - drone, a Náutica e as viaturas por terra -, a gente não consegue dar esse combate que as pessoas não percebem a importância que é o resíduo sólido. Eles são muito rápidos para construírem. Quem não trabalha na área não sabe o quanto eles conseguem fazer uma construção em duas horas de relógio, por incrível que pareça. Eu estava falando com o Verona aqui quanto eles evoluíram em relação a isso. A gente acha que o número de engenheiros no Brasil é aqueles que se formam na faculdade, mas tem muito mais. São milhares. Então, é uma das importâncias que as pessoas não percebem. Só a integração e a sintonia entre as Secretarias, as Prefeituras Regionais, a nossa, o núcleo também que nos dá - o Núcleo Técnico de Gestão Ambiental, que é muito importante para fazer o histórico e, com isso, a gente tem também como planejar e avançar neste combate. Uma das coisas que tem prejudicado é a falta de cidadania. As pessoas só têm cidadania para querer o direito. Obrigações, nem tão pouco aquele lado de pelo menos pegar o telefone e ligar no 153 para que possamos fazer uma intervenção eficiente. Então, era isso que eu queria deixar. Agradecer a todos os componentes da mesa, os convidados e deixar mais uma vez clara que é 153 nessas operações, seja ela qual for que envolva a Guarda. Referente ao Parque dos Búfalos, nós temos, junto com a Secretaria do Verde, feito um bom trabalho em relação a isso. Muito obrigado a todos e um bom dia.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Quero agradecer a Ângela Maria Branco pela apresentação e está aberto para as intervenções dos Senhores Conselheiros. Com a palavra, o Senhor Ângelo, nosso Conselheiro.

**Cons. Ângelo Iervolino** - Bom dia a todos, Ângelo, da SAL, representante da Leste 3. Ângela, parabéns pela apresentação. Eu, como Conselheiro da APA do Carmo e do Parque Natural tenho acompanhado muito a intervenção da Guarda Civil Metropolitana Ambiental na região e até pouco tempo também estava na Prefeitura Regional de São Mateus e a Guarda Civil é parceira da gente, principalmente na questão da fiscalização. Ângela, a pergunta minha é a seguinte. Eu estive três anos, quase quatro anos lá na Prefeitura Regional de São Mateus e a gente sabia que estava voltando a Operação Integrada Defesa das Águas, mas a gente não tem recebido notícias. Voce sabe como é que está a Zona Leste, principalmente São Mateus, a participação dela, porque na outra fase da operação, nós estávamos com dois projetos que inclusive proposto pela operação das águas, que era a criação do Parque Cabeceiras do Aricanduva para proteger a nascente do rio Aricanduva, que está se acabando, e a outra era a questão do Córrego Cipoaba, que era para ser feito Parque Linear para proteger o córrego, mas a informação que até hoje a criação do Parque Linear está no Ministério Público.

**Cons. Ângela Branco** - Ângela Branco. Seu Ângelo, na verdade São Mateus tem várias ações operações que caracterizam a Operação Integrada de Defesa das Águas. Não obstante, o Prefeito Regional não está organizando dentro daquela sistemática, de não ter sido publicado no Comitê Regional, porque ali é regional, não é Prefeitura. Mas as operações ocorrem, as ações operações e o Senhor vem acompanhando muito problemas, problemas - vamos falar do Parque da Conquista. Quer dizer, a Guarda está sempre presente. Qualquer denúncia, ela é a primeira que chega. Depois na sequência vem os outros órgãos tentando coibir as ações lesivas lá. Com relação ao Parque Nascentes do Aricanduva, o Parque Linear, isso não compete à nossa Secretaria. Essa é uma questão mais voltada à própria implantação. A discussão é na Secretaria do Verde e Meio Ambiente.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Aliás, só para não perder a sua pergunta, nós teremos depois dessa apresentação uma apresentação sobre a discussão do Aricanduva. E aí a gente vai dar algumas informações que são importantes para o conhecimento do Conselho.

**Cons. Ângelo Iervolino** - Só para complementar, hoje não estou mais na Subprefeitura e era representante do Conselho Regional pela Subprefeitura, mas a nossa colega Sueli hoje não está presente, mas vou conversar com ela, para o Conselho conversar com o Subprefeito para deixar o Conselho atualizado das operações, para que a gente possa estar divulgando para os nossos pares. Obrigado, Ângela.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Por favor, agora com a palavra, Andréa Franklin.

**Cons. Andréa Franklin** - Bom dia a todos. Andréa, SIURB. Parabéns, Ângela, pela apresentação. Eu tenho duas questões: uma realmente é uma dúvida em relação à sua fala, do Relatório de Detecção de Mudança. Eu queria saber como essas ações de monitoramento se articulam com as ações da SEHAB, uma vez que, no meu entendimento, voces conseguem, através dessas imagens, identificar o avanço das ocupações. Então, como que a gente consegue trocar essas informações para casar as atividades da Secretaria. E a outra é uma questão para reflexão nossa, dos Conselheiros. Se existe, na sua avaliação, uma maneira da gente potencializar essas ações que já são feitas pela sua área, que estão estabelecidas e normatizadas com o programa junto com as obras de infraestrutura da cidade dentro dos processos de licenciamento. Eu imagino que quando cada empreendimento é licenciado, existem uma série de exigências que, de alguma maneira, se pudesse se alimentar das informações que voces já têm disponibilizadas, poderia potencializar as ações dos próprios programas de monitoramento, de compensação ambiental, para que a gente potencializasse essa ação em conjunto.

**Cons. Ângela Branco** - Ângela Branco, Segurança Urbana. Andréa, com relação às ocupações, o Relatório de Detecção de Mudança. Hoje ele está muito centrado em áreas que tinha uma cobertura vegetal bastante expressiva e que ela foi ao longo desses anos sendo danificada por uma ocupação, que é uma ocupação totalmente irregular. Com relação às ocupações que ocorrem mais na esfera urbana; porque nós atuamos numa região de vinte Prefeituras Regionais, somente no entorno da região central. Região central ela não é foco de operação da Superintendência. Tem o Gabinete de Gestão Integrada, que até o final do ano retrasado pertencia à própria Secretaria, estava presente na própria Secretaria, que contava muito com a presença da Guarda Civil Metropolitana com relação às ações, mas quando vai mais para a esfera da Habitação, isso não é da nossa competência. Nós temos uma competência muito restrita. Então, o que nós fazemos é monitorar, é detectar, monitorar e informar, inclusive os órgãos. E trabalhamos em parceria às vezes dentro de uma outra esfera que não é nem na Superintendência de Defesa Ambiental, é na esfera da própria Guarda, do comando da Guarda Civil Metropolitana, mas com outras Secretarias, considerando que não é da nossa competência. Nossa competência é bem restrita. Com relação a potenciar ações com relação a obras de infraestrutura, nós estamos o tempo todo... Esse programa foi um programa novo, estruturado na Segurança Urbana. Nós estamos o tempo todo querendo potencializar essas ações, principalmente com o olhar nessas áreas de mananciais, áreas de cobertura vegetal, que seja. Não precisa, obrigatoriamente - as pessoas acham que tem que agir só ali próximo ao manancial. Não é essa a missão. Acredito que tenha, sim, o que pode ser feito e, principalmente, reverter alguma ação, porque é muita energia que a Secretaria de Segurança Urbana, que a Guarda Civil ela dispende nessas regiões para detectar os problemas. A detecção ela é rápida, ela é imediata. A população liga 153, a Guarda vai até o local. O que nós estamos sentindo uma dificuldade é numa ação dos outros órgãos competentes, porque a nossa para no nível da detecção. Ou, então, encaminhar à Delegacia quando for pego em flagrante. Isso é uma atribuição normal da Guarda, lembrando que a Guarda Civil Metropolitana Ambiental ela faz toda as ações da Guarda Civil Metropolitana. Ele continua fazendo tudo que a Metropolitana faz, mas focado, uma missão mais voltada à Ambiental dentro de um território mais ligado à Ambiental. Obrigada.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** -  Capitão Verona, com a palavra.

**Cons. Capitão Verona** -  Bom dia. Capitão Verona, da Polícia Militar Ambiental. Antes de mais nada, gostaria de cumprimentar a Ângela pela apresentação e falar um pouco sobre esse problema que a gente tem tido das pressões de invasão na área de mananciais. A população muitas vezes acha que o órgão, o poder público, não está adotando uma providência, só que a gente tem a questão da moradia, que é algo que é uma briga que o agente público não pode comprar. A gente tem um limite legal de atuação e se eu trabalho extrapolando esse limite, ele vai estar assumindo uma responsabilidade que vai gastar um bom dinheiro com advogado para conseguir justificar o ato. No caso, a Polícia Militar Ambiental, a gente participa muito de todas essas ações, só que a partir do momento que o autuei o local, fiz embargo, multa diária, apliquei desrespeito a embargo e o cara está lá, não tem o que fazer. Vai judicializar. Então, o pessoal tem que entender que continuar ligando não vai resolver, mas no momento da invasão é o momento crucial. A hora da verdade nossa é a hora que o cara começou a cortar, bosquear, porque em duas horas a gente tem um telhadinho. Colocou uma criança dentro, acabou. A gente sabe isso daí, que é uma dificuldade muito grande. Está tendo um movimento muito expressivo agora com essa Operação Defesa das Águas, com a participação das Prefeituras. Inclusive nesse momento a gente tem uma operação em andamento no Município de Mairiporã, que é justamente para chegar, embargar uma área, congelar uma área. Então, a gente tem que começar agora a trabalhar de forma mais assim... judicializar no ponto para não avançar mais as invasões. O congelamento das áreas. Isso daí vamos ver qual vai ser o resultado daqui três anos - não sei - é um curto prazo. Para judicializar isso daí a gente tem todos os recursos possíveis aí pelos princípios da ampla defesa, contraditório. Só para pontuar isso daí e dizer que não é um problema simples.  Todas as Secretarias têm que se integrar e tentar, no momento, atuar de forma mais enérgica. Uma dificuldade que a gente teve: eu participei do Parque dos Búfalos, da invasão quando houve. Passei por muitas madrugadas lá. A gente não tem aquela estrutura que a Prefeitura dispõe muitas vezes, mas não tem na hora para poder retirar o material do local. Eu estou numa área de invasão que tem um maciço florestal, só que eu tenho material para construir cem barracos lá. Seu eu sair, virar as costas, eles vão construir. Então, eu tenho que manter uma viatura lá. Será que a Prefeitura Regional não tem a disponibilidade vinte e quatro horas? Ó, acionar o caminhão com dez pessoas para carregar esse material e retirar do local? Isso daí é algo que a gente tem que pensar numa matriz de responsabilidade aí, para tentar atuar de forma mais efetiva. A engenharia, né, o processo aí, que tem que fazer funcionar. É isso aí, agradeço a palavra.

**Cons. Ângela Branco** - Só para finalizar. Eu gosto de destacar, porque às vezes, pelo histórico de um animal com queimadura, voce detecta uma área que está sendo queimada, que, posteriormente, vai ter uma ocupação. As coisas se conversam. Voce tem que ter uma visão ampla para olhar a questão de ocupação irregular, ação lesiva sobre o meio ambiente, às vezes é um animal silvestre que traz essa informação para nós. Desse entendimento, nós temos essa agilidade de estar no território, ajuda bastante. A presença da Guarda Civil Metropolitana Ambiental no território ela é marcante, porque à medida que as pessoas veem que ela está presente, ela está detectando, ela está rondando, isso coíbe uma ação mais expressiva dessas pessoas que querem cometer o ilícito. No entanto, precisa ter uma agilidade, como bem falado pelo representante da Polícia Militar, que, às vezes, voce tem até um instrumento de multa e não surte efeito. Então, por isso é o fortalecimento do sistema de fiscalização integrada na área ambiental, mas destacar esse papel importante da presença, por isso esse número de rondas ele é tão expressivo. E nosso programa é de vigilância, porque à medida que a Guarda está rondando o território, porque ela não atua por denúncia, ela atua por presença e ela coíbe pela presença dela. Então, é bastante importante fortalecer essa ação, reconhecer esse trabalho., que é o mais importante. Às vezes a pessoa fala "mas eu não estou vendo esses Guardas, onde estão esses Guardas"? É claro que voce não vê, ele não está rondando o centro da cidade, ele está onde nós não estamos olhando. Eles estão lá protegendo a fauna, a flora, os mananciais. Então, esse é o trabalho árduo deles todos os dias. Acho que só uma questão... E o Relatório da Linha do Tempo. O que ele demonstra? Nós detectamos. Vamos acompanhar o que está ocorrendo? Como eu falei, tem casos que é bastante satisfatório. Coibiu. E tem casos que não. A evolução é marcante, ela é maciça, ela é expressiva e aí cabe a nós, Segurança Urbana, apenas continuar observando, registrando, encaminhando ofícios e vendo o problema se alastrar. Precisa realmente a Prefeitura está bem fortalecida para uma ação imediata, rápida, que envolva a Prefeitura Regional. Tem que ter equipamento, tem que ter instrumental, tem que ter pessoal, tem que ter equipe. A Secretaria do Verde rapidamente ir com seus agentes, especialistas de meio ambiente, analistas de meio ambiente lá fazer a autuação e assim essa integração de trabalho certamente vai coibir aí umas ações mais expressivas no meio ou ampliação das que nós já temos. Obrigada.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** – Voce falou muito rápido sobre a questão das áreas monitoradas da Operação. Quantas são?

**Cons. Ângela Branco** - Hoje, novas áreas. São trezentos e trinta e cinco, fora as cento e cinquenta e sete perímetros que a Guarda ainda continua rondando aqueles cento e cinquenta e sete perímetros definidos lá no passado.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Então nós estamos falando de trezentos, mais cento e poucas. É isso?

**Cons. Ângela Branco** – Não, na verdade, os perímetros são áreas muitos amplas e áreas pode ser um ponto focal. Muitas vezes, a área focal pode estar dentro de um perímetro, na borda de um perímetro ou esse ponto focal ele vai juntar dois perímetros.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Deixa eu entender, então. Essa área monitorada é uma área que tem uma invasão?

**Cons. Ângela Branco** - Isso.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Então nós temos trezentos e cinquenta mais cento e cinquenta pontos. É isso?

**Cons. Ângela Branco** - É como eu falei. Esses são novos pontos. Pontos recentes.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - São novos pontos.

**Cons. Ângela Branco** - Sim, é que os outros a dimensão são perímetros, são áreas imensas. Ali na apresentação dá para enxergar o perímetro. O perímetro são áreas muito grandes.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Voce poderia mostrar para a gente? Eu acho que isso é importante para a gente...

**Cons. Ângela Branco** - Ah, sim, vamos definir, vamos mostrar.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - É reforçar, até porque esse produto é que precisa ser apresentado para a gente mostrar como é que a gente faz essa articulação, porque o desafio é fazer essa articulação. Não adianta só a ação da polícia, da Guarda. Tem que fazer a articulação da Prefeitura como um todo: Prefeitura Regional, da Habitação, do Verde, enfim. Nós precisamos fazer e, além disso, do Judiciário do nosso lado também. Quer dizer, se o Judiciário, a PGM, o MP, se a gente não tiver isso como força e falar "olha, nós temos esse quadro aqui, nós temos trezentos e tantos pontos, são esses prioritários”. Isso que eu queria só... Desculpe eu voltar a este ponto, mas eu acho que isso é o forte da Operação. É a gente mostrar onde elas estão, que elas estão em vinte Prefeituras Regionais, é isso? E isso é que precisa ser trabalhado. É neste sentido que a compreensão da gestão do Município... Não ficar só na esfera da Guarda Municipal, da Segurança, mas é que a Prefeitura como um todo, por isso que os entes: Prefeitura Regional, Habitação, Verde, tal, precisa entender isso, onde é que eles estão e qual é a forma... Se ela está iniciando, se ela já está madura, se ela já está... Ela tem várias fases, acho que é importante a gente reforçar isso ou apresentar esta informação para a gente. Por favor.

**Cons. Ângela Branco** - Perfeito, Secretário. Até agradeço a questão, porque era muito rápido, o tempo muito curto para apresentar tudo. Essa imagem ela não é ideal para essa finalidade, mas eu vou tentar explicar para o Senhor mostrando. Nesse mapa, nós temos vários perímetros, que são umas areazinhas verdes. Voces enxergam que são os perímetros ambientais definidos lá no início da operação, em 2008. Esses perímetros são áreas monstruosas, são áreas que foram definidas. Cada uma foi catalogada e passou a ser monitorada. Com relação à Guarda, o que que a Guarda faz com relação a esse perímetro? Ela monitora principalmente as bordas, para que não ocorra a ampliação. E a Operação ela era voltada a esse perímetro, no sentido de resolver os problemas que estavam dentro desse perímetro. O que houve ao longo dos anos, que dois perímetros que estavam próximos, com a evolução já se juntaram. Então, isso nós acompanhamos, porque nós temos até as imagens hoje. Com essas ferramentas fantásticas que o Google até disponibiliza, voce enxerga a evolução de uma ocupação irregular ao longo do tempo tranquilamente.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Me permite a interrupção...

**Cons. Ângela Branco** - Sim, claro.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Mas acho que vai ao encontro do que a colega da Secretaria de Habitação fez de questionamento, mas essa informação dos trezentos e cinquenta, mais os cento e cinquenta, ela está sendo monitorada. É isso?

**Cons. Ângela Branco** - Sim.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - A gente já tem uma fotografia desses quinhentos pontos.

**Cons. Ângela Branco** - Principalmente dos novos pontos. Por que que eu insisto na questão dos novos? Se nós recebemos um passivo que tinha uma boa descrição do que deveria estar sendo contido no âmbito da Operação Integrada, nós não deveríamos deixar que novos pontos surgissem. Então, todos esses são pontos novos que foram criados a partir de 2014. No entanto, eles não são perímetros, essa é a grande diferença. Ele é pontual, ele é uma área de mata. Começa que, no nosso mapa, a partir de dez moradias. Nós começamos a registrar, e tem casos que passam mil moradias. Isso tudo é monitorado e voce vai vendo a evolução, mas só - deixando bem claro - isso são pontos no mapa, diferente do perímetro, que são áreas muito grandes dentro do mapa.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Quando voce fala um ponto, que são dez moradias. É isso?

**Cons. Ângela Branco** - Ou mil...Tem ponto aqui que são mil. Os vermelhos...

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Mas as informações de monitoramento podiam ser mais precisas.

**Cons. Ângela Branco** - Elas são. Quer ver o próximo, o slide, por favor? Ela é tão precisa, porque ele é o Relatório de Detecção de Mudança. Eu tinha uma área que era verde. Veja, essa aqui não estava nem dentro de perímetro, uma área nova. E o que acontece? Tem a descrição da área ao longo do tempo. *Próximo*. Com as ferramentas que nós temos, nós estamos vendo que aquela área foi desaparecendo e foi sendo ocupada, sendo ocupada, sendo ocupada. E ela aqui, nesse caso, ela só está sendo ampliada.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** – Então, são trezentos e trinta e cinco relatórios.

**Cons. Ângela Branco** - Relatórios da Linha do Tempo. Exatamente. Esses relatórios são precisos. Por quê? Esses relatórios têm desde imagem de satélite, foto de sobrevoo e hoje, drone. O drone ele aponta detalhes mínimos. Esses perímetros são monitorados na sua totalidade. Desculpe, perímetros não, áreas. São monitoradas mesmo. Por quê? Nós entendemos que com uma ação rápida da Prefeitura - e aqui e nem precisaria a presença do Governo do Estado nesse processo da Operação Integrada. Rapidamente, com a detecção da Guarda, a Guarda detectou, encaminhou um ofício. Aqui está o número do ofício que foi encaminhado para a Secretaria do Verde e para a Secretaria das Prefeituras Regionais. A Guarda detectou, ela informa imediatamente e aí ela fica aguardando uma ação conjunta para debelar o problema. Às vezes, a própria Guarda consegue. Se a pessoa está fazendo piquete, ela vai lá e tira. A própria Prefeitura Regional vai com os caminhões, mas tem casos que não tem essa agilidade. Então, de uma detecção, de começar uma invasão numa área, se a ação não é rápida e imediata, aquilo se alastra e aí vai multiplicando todas e nós vamos enxergando o quê? Aquela área verde ela está sendo toda consumida e mais um problema aí, surge o problema habitacional, porque veja, nós estamos perdendo área verde de um lado e pessoas se estabelecendo em área de risco do outro, que a grande maioria - tem que ficar claro - isso é área de risco ou por estar próximo à água ou por estar no topo do morro. Que é onde eles encontram espaço para ocuparem irregularmente.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Ok.

**Cons. Ângela Branco** - Tudo bem. Deu para compreender? Só volta um pouquinho o anterior, por favor. Só porque o anterior o seguinte: isso ilustra bem onde que a SUDAM atua. Vejam, não tem problema aqui, Andréa? Tem milhões de problemas, mas esse olhar é para a questão que começa com ação lesiva ao meio ambiente detectada pela Guarda Civil Metropolitana.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Ok.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, Capitão Verona.

**Cons. Capitão Verona** - Mais uma vez, Ângela, a questão desses pontos que voce mostrou para a gente desde 2014. Eu queria saber qual que é a ação, se algum ponto teve alguma recuperação ambiental de toda essa ação que a gente teve. Só identificou ou em algum momento a gente conseguiu plantar uma árvore para expandir? Teve alguma área de expansão na recuperação ambiental ou a gente está atuando só na repressão, só, parafraseando, enxugando gelo?  Porque a questão nossa é buscar essa reparação ambiental. A gente está detectando o problema, sabe qual é o problema, judicializei. A gente está tendo essa compensação ambiental, está retornando aquele maciço? Se a gente deixar uma área sem mexer, sem ocupar com o solo propício, em vinte anos a gente está numa vegetação estágio médio, já está uma vegetação bem recuperada. Eu só queria saber isso daí, porque a gente está brigando aqui numa questão que vai além. A Constituição coloca para a gente aqui a importância do dever de reparar e o Município, o Estado, toda a população tem que fazer parte disso aí.

**Cons. Ângela Branco** - Obrigada, Capitão Verona. Essa colocação, para deixar claro, naquele mapa, que nós não conseguimos enxergar aqui, tem pontos que foram removidas a ocupação e o ponto foi totalmente recuperado. Tem Relatório da Linha do Tempo - que aí as estagiárias estão ali -, a gente olha e fica feliz, porque voce viu que tinha uma vegetação, foi ocupada, a Prefeitura agiu rapidamente, foi contido e está recuperado. Tem casos que a Secretaria do Verde entra efetivamente com processo de recuperação vegetal e tem casos que a vegetação se recupera por ela própria. Nós temos relatórios muito negativos e temos relatórios também, respostas positivas.

**Cons. Capitão Verona** - Inclusive, voltando a palavra - o cronômetro não vai parar hoje -, a questão que a gente está tendo agora. Teve uma nova resolução que a recuperação ambiental, o cara tem uma multa ambiental e ele pode fazer a recuperação ambiental em outra área. Aí, conversando a Prefeitura com a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a gente pode estar aliviando essa carga para fazer essa recuperação, deixando o infrator fazer. Ah, o infrator de fauna, o cara tomou três milhões em autuação. Aí ele vai ter uma recuperação em determinada área e a Prefeitura pode ser beneficiada. Eu acho que é interessante também a Secretaria aqui entrar em contato para ser uma área recuperada, porque São Paulo está acabando, gente. É muito importante ter o avanço da cobertura vegetal aqui.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Acho que assim. A sua observação, se me permite até adiantar o que a Ângela vai falar, acho que essa é uma estratégia de ação da Prefeitura como um todo. Aliás, eu queria agradecer de fato a Ângela hoje por fazer essa apresentação da Operação, que, aliás, toda reunião - pelo menos as duas que eu participei -, toda hora se fala de fiscalização ambiental. Foi importante mostrar o que a Prefeitura de São Paulo tem de ferramenta e de trabalho, de produtos, que ela está produzindo. Nós estamos falando de uma cidade com trezentos homens da Guarda Municipal voltados especificamente para a questão ambiental. É um contingente que não tem no Brasil inteiro, tenho certeza disso. A Polícia Ambiental quantos tem na cidade de São Paulo?

**Cons. Capitão Verona** - Na cidade de São Paulo são três companhias. A gente vai ter uma média de uns cem policiais atuando diretamente em São Paulo.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Cem. São cem, mais..

**Cons. Capitão Verona** - Mas temos os Municípios da Metropolitana.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Não, eu estou falando só na cidade de São Paulo.

**Cons. Capitão Verona** - Tem, e é bem menos. É por isso que eu estou falando que a gente tem que usar e unir essa força. Se eu tenho uma ferramenta estadual que pode estar conversando. Eu esqueci de comentar inclusive do monitoramento. Tem uma ferramenta que está na Controladoria de Fiscalização Ambiental que identifica uma alteração no terreno de dois por dois a área. Eu até mostrei uma foto aqui, que identificou. O cara fez dois por dois, um barraquinho. Aumentou um banheiro, não sei, um quarto. A gente identificou e conseguiu intervir dessa forma.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Essa informação que voce está colocando aqui, nós colocamos na reunião do grupo da OIDA, que inclusive o pessoal da Secretaria de Estado participa, a gente já passou esses pontos aí para eles colocarem num mapa para que a gente comece a fazer o monitoramento com esse grau de informação que voces têm no Estado também.

**Cons. Capitão Verona** - Tem uma precisão grande na área.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Primeiro, acho que é importante demonstrar para o Conselho qual é a estratégia que o Município faz com essa questão de fiscalização ambiental, porque é um esforço grande. O que precisamos é integrar mais. O desafio é Prefeituras Regionais. Tem Prefeitura Regional que a gente precisa ficar implorando, então agora nós estamos fortalecendo, para eles entrarem mais. Algumas Secretarias que não participam. Esse desafio de qualquer coisa pública não é tão fácil. A gente monta lá a máquina. Agora, para ela funcionar, para cada engrenagem se colocar, a gente precisa... Por isso que é importante demonstrar o que está sendo feito, porque a impressão que se tem é que não existe nada. A gente mesmo da Prefeitura: será que tem, será que não tem, isso não existe, tal. É importante que nós aqui, do Conselho, principalmente os ouvintes, que não são da estrutura da Prefeitura, saibam que nós temos um esforço institucional da Prefeitura e que, com certeza, o esforço é tentar otimizar, melhorar isso constantemente. É uma busca constante. Há um empenho do Secretário José Roberto. Nós, da Secretaria, a Secretaria de Habitação, o novo Secretário de Prefeituras Regionais, o Penido, tem ciência disso, o Estado tem todo um esforço também nesse sentido e acho que a gente precisa trazer para este componente, para essa questão tão conflituosa, o Judiciário. Que, aliás, recentemente, o Secretário do Meio Ambiente do Estado esteve numa ação aqui no Rodoanel, que tinha uma ação pública já ganha, que é uma ação do Judiciário que dá força para que a gente, de fato, estanque esse problema. Eu acho que é importante que os Senhores tenham ciência do que está sendo feito e sejam para nós agentes de cobrança, de fortalecimento, questionamento, trazendo sugestão. É sempre muito importante essa discussão especificamente, em se tratando da cidade de São Paulo, que, voce veja, são quase quinhentos pontos. Não é pouco não, é bastante.

**Cons. Capitão Verona** - É bastante. A gente tem um efetivo de trezentos homens. A gente vê que colocou em campo, ele desaparece. A gente sabe disso. A gente tem que fazer cada vez mais com menos e a única expressão que a gente tem que buscar em tudo isso que a gente está fazendo aqui, no dia a dia, é o ganho ambiental. Está tendo ganho ambiental eu queimar combustível, comprar fardamento, fazer a fiscalização, saber ao lado tem uma invasão. Tá bom e aí? Daqui quantos anos eu vou tirar aquilo ali e vai ser uma cobertura vegetal? Será que não tem que fazer virar um parque ali? O proprietário da área quem é? A gente tem dificuldade de encontrar o proprietário da área. Eu não sei se é o interessado que age na invasão, não sei. Cada caso é um caso. Mas será que essa questão de falar vamos tirar ou voce adota providência ou vamos fazer um parque aqui. Fiz um parque, resolvi. É caro.

**Cons. Ângela Branco** - Secretário, só um dado. Ângela Branco. Só um dado que acho que é interessante, que eu não passei. Que no ano passado houveram cento e vinte e nove ações operações de desfazimento, mostrando que a Prefeitura Regional tem feito. Cento e vinte e nove representa uma a cada três dias operações, não estou falando coisas discretas. A cada três dias tem uma ação operação no campo. O que ocorre é que de repente volta, então é aquele enxugar gelo. Esse número eu acho que é bastante *(voz ao fundo)* e todos os dias agora, chamando atenção para ação das Prefeituras Regionais, todos os dias eles estão tendo operações ações. Cada dia da semana a Guarda tem participado, praticamente ela está bem desviada do apoio ao agente porque está tendo desfazimento segunda, terça, quarta, quinta e sexta. Todos os dias. É que nós estamos aqui, não estamos enxergando. Obrigada.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Deixa eu aproveitar esse tema da fiscalização que voce colocou e é importante que o Conselho saiba do CEMACAS, que é nosso centro de fauna, que praticamente é a referência no Brasil de um centro de recuperação de recebimento e fauna. Um investimento da Prefeitura muito grande. Aliás, o Rodrigo acompanhou o final das obras quando então Secretário. Nós inclusive recentemente tivemos um encontro nacional dos técnicos de fauna do Brasil fazendo treinamento lá, mas nós tivemos recentemente um levantamento com quase seis mil e oitocentos animais apreendidos da fauna silvestre no CEMACAS este ano e, desses seis mil, dois mil vem do trabalho de recuperação, tal. Aliás, aqui fica um convite. Depois, se voces quiserem organizar um passeio, conhecer o Conselho conhecer o CEMACAS, que eu acho que é um centro bem bacana, bem interessante, referência, tal, que nós temos aqui na cidade de São Paulo. Se quiser organizar um dia, fica aqui uma proposta para o Conselho da gente fazer uma visita ao CEMACAS.

**Cons. Ângela Branco** - Eu posso fazer só uma observação sobre o centro de manejo de animais silvestres, o Parque Anhanguera. Lembrando que o animal vitimado ele é pela pressão urbana humana. Vai para lá e lá a grande missão deles, eles têm toda aquela estrutura, um pessoal bastante envolvido no sentido de recuperar para reintegrar o animal. Não tem sentido mandar depois para um cativeiro, eutanásia, que é umas propostas malucas. Para reintegrar, o ambiente tem que estar íntegro, porque muitas vezes voce vai reintegrar onde? O animal foi tirado de uma área de queimada, não existe mais o ambiente natural dele. As coisas todas se conversam. Água, fauna, biodiversidade, Mata Atlântica. Eu acho que é importante mostrar que se ainda o CEMACAS consegue dar destino aos animais que dão entrada lá com a reintegração, é um bom sinal. Logo, logo não vai conseguir mais porque as áreas verdes estão desaparecendo junto com a nossa fauna. Obrigada.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Rodrigo Ravena, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. Esse encontro, um pouco em cima do que voce está falando, Ângela, a gente abriu as inscrições, apareceram cento e quarenta interessados do Brasil inteiro. A gente conseguiu fazer o primeiro encontro com quarenta, porque é o que é o que cabe no CEMACAS. Mais dois serão feitos e a discussão toda é a destinação, porque fauna silvestre, não tem fauna silvestre em São Paulo só na ativa, tem um monte de exóticas. Então, tem que haver uma rede de interação para repatriação. O problema é tão amplo e tão grande, que eu acho que vale a pena a gente conhecer o que a gente faz. Isso é uma ação que tem que ser divulgada. A atividade do CEMACAS, que é uma das pontas desta atividade tem que ser divulgada e a gente tem que ter uma interação maior das ações da Prefeitura para entender que o meio ambiente não é só verde. A gente faz ação, recupera áreas, transforma ela em área vegetal, não necessariamente em parque. A gente tem outros instrumentos para dar tratamento de recuperação de área verde que estão no Plano Diretor. Então, a gente precisa mudar o conceito de transformar em parque resolve. Às vezes não resolve. A gente tem outros caminhos que a gente tem que debater nesse Conselho. A gente tem que trazer o debate neste Conselho. É importante que a gente deixe claro, e aproveitando a conversa do Ricardo, acho que devia fazer uma reunião do CADES no CEMACAS para as pessoas terem uma ideia do que que é o resultado final desta atividade. Só para ter uma ideia, eu fui lá semana passada, eram oitenta micos, oitenta saguis recuperados só na ação contra febre amarela. Oitenta, que não são de São Paulo. Tem bugio que está telado, tem quatro bugios telados lá que ainda estão com febre amarela, não morreram. A gente olha para um pedaço. Esse é um pedaço pequenininho, mas ele é um retrato muito fiel do que é dessa ação e qual a importância dessa ação. E a importância dessa ação tem que ter o espectro total de sustentabilidade. A gente tem que ter a visão do que é econômico, do que é meio ambiente e do que é população. A gente deveria ir - aí é uma proposta minha - debater aqui qual que é a quantidade... Voce tem ideia de quantos casamentos acontecem em São Paulo por mês? Qual que é a tendência de crescimento de pressão habitacional na cidade por mês? Isso impacta tudo. A gente tem que fazer esta leitura, preservar o meio ambiente, reflorestar com um pouco de cuidado.

**Cons. Ângela Branco** - Ai, desculpa, eu vou falar mais uma coisinha, porque é importante porque eu falei do COMETAS. Ângela Branco. Lembrar que o Comité Municipal de Enfrentamento ao Tráfico de Animais Silvestre, as pessoas imaginam que tráfico ocorre só com aquele animal pelas polícias e não é. Um animal resgatado ele não tem nenhuma ação policial que depois tem que prestar conta desses animais. Não tem delegado de polícia, não tem polícia, não tem nada. Então, o que ocorria? Os animais resgatados eles eram às vezes recuperados e voltavam a alimentar o tráfico de animais silvestres. O Comitê Municipal de Enfrentamento ao Tráfico somos nós, Segurança Urbana, mais a Divisão de Fauna do Centro de Manejo de Animais Silvestres que hoje atua mais fortemente e o que nós já conseguimos: rastreabilidade total do animal desde o momento do resgate, seja por conta daquele animal prestar contas por causa da Lei de Crimes Ambientais - cada animal é produto de crime - crime ambiental é por indivíduo, não é por espécie - e tem a rastreabilidade - o que que a Guarda fez, onde a Guarda depositou e o que o CEMACAS fez. É outra coisa que agora nós queremos avançar, Secretário, para, nesse sistema de informações, desde o momento do resgate, que estão todos pontuados no mapa georreferenciados, até o momento da destinação final. Morreu, foi solto onde, foi para algum criadouro, qual criadouro, qual destino - cativeiro. Então, essa é a rastreabilidade. São Paulo ele também dá transparência nas suas ações e é isso que a gente está conseguindo com trabalho integrado, lembrando que também, com o apoio da Prefeitura, foi defendidouma tese da tutela compartilhada do animal silvestre, que é uma tese que eu defendo, e já está aprovada pela área jurídica. Eu acho que nós podemos também avançar nessa discussão porque o que fazer com o animal? Existe ainda um outro passo que tem que ser dado. É um passo muito delicado, mas é um passo já amparado legalmente, tecnicamente e humanitariamente, para que esse passo diz: o animal não precisa ser eutanasiado, o animal não vai ser esquentado e voltar para a rede do tráfico. Esse animal vai ter uma tutela compartilhada com o cidadão e aí é outro assunto para outra pauta.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Deixa eu fazer uma consideração. Estou vendo que nós estamos aquecendo os debates. Nós temos aqui, inclusive, uma inscrição de um técnico para fazer, algum técnico da Secretaria. Cadê ele? Mas eu queria só fazer uma consideração aqui. Eu olhei para o Capitão. Eu já tive oportunidade de estar na Secretaria no Estado e tal, e o assunto tráfico de animais, a gente sabe que a cidade de São Paulo, com certeza, é um grande consumidor de animais da cidade, enfim. Mas a competência e a discussão dessa questão ela está na instância... quer dizer, nós somos parte do processo, quer dizer, a competência é do Estado, temos a inteligência, a estrutura de Estado a gente conhece muito bem como é que as informações. Então, este nosso aparelho municipal, que é a nossa Guarda, o nosso CEMACAS e tal, ela tem que estar muito bem atrelada com a política do que o Estado estabelece. A gente sabe que o Estado de São Paulo hoje é o maior sugador, o maior polo de recebimento de animais do Brasil. Com certeza, por aqui, ou pela própria cidade, a gente vai ter essa questão. Mas eu queria dar a palavra ao técnico, por favor, e que breve também.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Fez uso da palavra o Senhor Ricardo Viegas e com a palavra nesse momento, a mesa concedendo, Lucas Longo, gestor da APA Capivari-Monos, DEPAVE 8, por gentileza.

**Lucas Longo** - Bom dia a todos. Parabenizar a Ângela pelos esforços na continuidade e permanência da Operação Integrada Defesa das Águas. Eu vou fazer rapidamente uma pergunta e depois uma complementação. Primeira pergunta que a cada quinze dias, a gente se reúne lá na Prefeitura Regional de Parelheiros, na OIDA de Parelheiros, junto com outros órgãos municipais para compartilhar as demandas e pensar em estratégias que vão fundamentar as operações que são feitas, no caso, pela Prefeitura Regional de Parelheiros. Mas, após o convênio firmado em novembro de 2015, me parece que ainda esteja faltando a definição de uma portaria dos comitês locais e o desenvolvimento de um plano de trabalho vinculado a esses comitês. E isso, eu acho, que isso vem enfraquecendo as reuniões, pela ausência dos órgãos estaduais nas reuniões. Embora os órgãos estaduais, principalmente de fiscalização e monitoramento, são nossos parceiros, porque, na impossibilidade de atendimento da Guarda Civil Metropolitana, a Polícia Militar Ambiental vem nos atendendo, principalmente no que se refere a APA Bororé-Colônia e a APA Capivari-Monos, que, aliás, é a segunda unidade de conservação de uso sustentável - a primeira, na verdade - do Município de São Paulo. E onde, basicamente, a gente tem os remanescentes de Mata Atlântica mapeados pelo Plano Municipal de Mata Atlântica, que agora está em fase de implantação das suas linhas de ação. Então, saber, nesses dois pontos, Ângela, como é que está essa situação da portaria para a definição desses comitês locais e a definição também dos planos de trabalho. E o segundo é dizer que é uma felicidade e, ao mesmo tempo, um desafio que a onça pintada ela já faz parte da lista municipal de espécies aqui de São Paulo, porque há dois anos atrás foi constatado no Núcleo Krucutu, que faz parte do Parque Estadual da Serra do Mar, que faz sobreposição com a APA Capivari-Monos, que a gestão é municipal, a presença de onças pintadas na Mata Atlântica. São cerca de quinhentos indivíduos que devem compor essa espécie e é um desafio muito grande também, porque é um animal que exige território, exige área e ao mesmo tempo a gente também tem o desafio de restaurar Mata Atlântica, coibir a invasão. Então, todo esse processo está integrado mesmo, diretamente ou indiretamente, por meio da OIDA. Agradeço a possibilidade da pergunta. Obrigado.

**Cons. Ângela Branco** - Lucas fez uma excelente colocação porque ele está lá presente nas reuniões. A Guarda está sempre presente a cada quinze dias. Parelheiros é uma Prefeitura que nunca deixou a peteca cair, ela sempre continua nessa toada, independentemente de ter tido uma portaria que nomeia os integrantes do comitê local. Ele tem razão, precisa, sim, de uma portaria que define todos esses comitês e os integrantes publicado em Diário Oficial. Tem um esforço da Secretaria de Segurança Urbana e do Verde e Meio Ambiente no sentido que essa portaria seja, de fato, publicada. No entanto, cabe apenas ao Secretário das Prefeituras Regionais. É ele que tem a competência, porque ele é o coordenador comitê. Então, acredito que agora, com a mudança de um novo Secretário, os Secretários novamente voltarão e levarão essa questão para ele, para que ele possa normatizar e criar essa árvore bem estruturada. E realmente, precisa ter um plano de trabalho. Plano de trabalho não é municipal. Feito junto com o Governo de Estado. O Governo de Estado está trabalhando na OIDA não só no Município de São Paulo, em todos os Municípios vizinhos aí ao entorno. Mas, precisa ter o plano de trabalho da Prefeitura e nós já temos áreas indicadas para fazer, para compor o plano de trabalho dando índices de prioridade, por exemplo, os trezentos e tantos pontos é prioritário. São novos? Vamos correr lá antes que eles ampliem e outras estratégias, mas nós estamos precisando dessa definição. Com relação à onça pintada, eu recebi com muita alegria que tinha um relato. Ainda não está tão confirmado, porque eu geralmente uso aquela onça parda que foi fotografada em 2010 por uma armadilha fotográfica, uma trap, e lá é comprovado, porque tem ponto georreferenciado onde ela foi fotografada em vida livre. Essa onça pintada pode estar partindo lá da Serra do Mar e ela tem um percurso muito grande, ela circula cinquenta quilômetros por dia em busca de alimento. Pode ser um dado muito positivo, mas um dado muito preocupante. Qual é o impacto, qual é a pressão que ela está sofrendo e por que que ela está se aproximando de uma região... Porque a onça parda ela oferece menos risco. É um animal que come presas pequenas. Já a pintada ela tem uma outra característica, mas oxalá que ela esteja voltando para a cidade de São Paulo, presente na cidade de São Paulo. E, de imediato, deveria ser pensado... Dentro do Plano Municipal de Ações pela Biodiversidade estava previsto, Secretário, plano de ação para as espécies ameaçadas e a espécie mais ameaçada hoje no Município de São Paulo é a onça parda e a pintada.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - E o homem.

**Cons. Ângela Branco** - E o homem, esse não está ameaçado. Esse é o grande problema do processo. Ele não consegue conviver com as outras espécies. Então, eu acho que poderia se pensar em fazer um plano de ação, considerando que é difícil o manejo, trabalhar com onça pintada na natureza, mas tem as técnicas desenvolvidas e a gente poderia pensar nesse plano de ação. O que que voce acha? Porque aí, sim. Para essa espécie e garantindo a presença dela nós estamos garantindo toda a cadeia biológica, a cadeia alimentar que ocorre abaixo dela. Obrigada.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Ângela sempre muito animada. Obrigado. Deixa eu só fazer um encerramento. Aliás, é estratégico que a gente coloque este tema no CADES, porque o CADES pode ser um ponto de fortalecimento daquilo que a gente está querendo. Aqui nós temos representantes dos Cades Regionais. Os Cades Regionais são peça importante naquelas Prefeituras Regionais prioritárias. É importante que os Senhores e todos os nossos Conselheiros saibam qual é a dinâmica que a gente está trabalhando já. Na verdade, assim: todo esse processo está sendo desenvolvido e a gente precisa otimizar e melhorar cada vez mais. A nossa expectativa é que, com o Prefeito Bruno Covas, que eu particularmente tive a felicidade de trabalhar com ele quando ele era Secretário do Meio Ambiente do Estado, nós conseguimos fazer uma coisa parecida com o que a gente faz aqui da OIDA, que é com relação ao Litoral Norte nas pressões no Município de Cubatão e o Litoral Norte. E o então prefeito Bruno era um entusiasta desse assunto. Ele articulou muito bem dentro da Secretaria com as outras Secretarias - de Habitação, de Planejamento, tal. Não vai ser muito difícil da gente reforçar esse posicionamento que o próprio Secretário de Segurança tem, que o Secretário de Segurança está muito envolvido nesse projeto. Nós, da Secretaria, também estamos com bastante disposição que isso avance e, com certeza, o Prefeito, com o novo Secretário de Prefeituras Regionais, a gente vai conseguir avançar um pouco mais e aí os números vão demonstrar isso. Se os números eram esse, vamos tentar ver se a gente melhora um pouco mais no desempenho operacional, até para que não seja só o CADES de Parelheiros, mas outras regiões da cidade também tenham essa dinâmica. Tá bom? Então, eu acho que a gente nesse item fiscalização da Operação, como a gente tinha proposto, consumimos aqui praticamente mais de uma hora. Acho que foi muito rico e fica aqui, aproveitando a dica do meu Chefe de Gabinete, podemos programar, sim, e acho que os Senhores que são Conselheiros deveriam... A gente poderia fazer uma reunião lá, uma visita, então fica aqui uma proposta para o Conselho, Ok?

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Coloco nesse momento em discussão e votação da Ata da 198ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Alguma observação, alguma correção, manifestação?

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Só por uma questão de ordem, nós vamos falar do Aricanduva antes ou depois? (*vozes ao fundo*) Tá bom.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Na sequência, nós vamos colocar os informes. Senhores Conselheiros que aprovam a Ata 198ª Reunião Plenária Ordinária do CADES permaneçam como estão. **A Ata da 198ª Reunião Plenária Ordinária do CADES foi aprovada por unanimidade.** Vamos passar agora para os pontos de informes. O primeiro ponto de informe é sobre a denúncia da ocupação irregular em área destinada ao Parque Natural Cabeceiras do Aricanduva. Informamos que após a denúncia realizada pela Conselheira Sueli Rodrigues na última reunião do CADES, foi aberto o processo de denúncia junto ao Departamento de Gestão Descentralizada - DGD. Iremos acompanhar o prosseguimento da denúncia. Vale ressaltar também que foi feita uma visita no local pelo DPP. Compareceu o Fernando Ângelo que fez a visita e constatou as irregularidades que existem naquele local. Houve uma reunião com o Prefeito Regional, Chefe de Gabinete, que acompanharam a visita *in loco*. Segundo informe,Também informamos sobre a concessão do Parque Ibirapuera. Além da solicitação de informações feitas pela Conselheira Célia Marcondes, o Conselho do Parque Ibirapuera enviou ofício para o CADES com o posicionamento sobre as questões da concessão do parque, solicitando encaminhamento ao plenário do CADES. Por se tratar de tema extenso, estamos propondo incluir na próxima reunião uma apresentação sobre a situação da concessão e o posicionamento do Conselho do parque. Terceiro informe: a apresentação do projeto Ligue os Pontos, prêmio MayorsChallenge Bloomberg Philantropy, pela Conselheira Patrícia Marra, representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, também será apresentado na próxima reunião de CADES. Quarto informe: o mandato de CADES do biênio de 2018 a 2020 encerrou-se em março de 2018 e foi prorrogado por mais trinta dias até a presente data. Hoje temos a indicação de todos os representantes do poder público e das entidades setoriais. Os representantes das organizações ambientais terão suas assembleias nos dias 25 e 26 de abril de 2018, na SVMAa, a partir das 18h. As macrorregiões Norte 1 e 2 e Sul 3 não apresentaram as candidaturas. Então, será lançado um edital para preenchimento de vagas remanescentes na sequência da posse, que ocorrerá no mês de maio. Senhor Ângelo está com a palavra nesse momento.

**Cons. Ângelo Iervolino** - Ângelo, SAL - Leste 3. Referente ao seu primeiro informe referente à Nascente do Aricanduva, eu, há muito tempo, tenho acompanhado essa questão tanto na Subprefeitura como no Conselho da APA do Carmo, que o Conselho da APA do Carmo não está só restrito à questão do parque. Nós, na nossa gestão, inclusive o Lucas tem acompanhado também nosso trabalho na questão como parque natural, a gente tem visto também a questão do entorno. Havia um DUP que foi caducado o ano passado ou retrasado para a criação do parque, foi reeditado agora recentemente no ano passado. Agora a questão são... Eu tenho conhecimento pelo menos de dois proprietários de áreas lá dentro onde vai ser o futuro Parque Nascente e eles estão aguardando que alguém procure eles para saber. Tem gente que está dando até de graça a área para não ter dor de cabeça. As duas principais invasões que têm lá, a principal invasão é na área, talvez seja a área maior, que é do Romeu Iervolino. Mesmo sobrenome meu, mas é parente distante. E a outra é do Luis Auricchio e essas pessoas quando estavam na Regional São Mateus me procuraram para eu fazer contato com o Prefeito Regional para ver o que faz garantia. Um entrou com pedido de reintegração de posse, mas aí entraram na Justiça, porque agora, depois aparece dono para tudo que é área aparece o dono. Então, os casos sério. Essa questão de apesar de ter sido editado o DUP, parece que os proprietários das áreas não estão tendo assistência para como fazer para regularizar para realmente essas áreas passarem para o Município. A outra questão, que eu já tinha conversado com a Rute antes do início da reunião, a questão da eleição do CADES, que está prevista para o dia 25. Eu, hoje, sou o Conselheiro de mais participação dentro dessa casa. Eu estou, acho, que há doze, catorze anos que eu participo. Não quando é que mudou. Duas gestão antes de se tornar esse modelo de representação. E a gente percebe, que de um tempo para cá, não é somente questão dessa gestão, mas já na gestão anterior já aconteceu do esvaziamento, do desinteresse principalmente por parte da sociedade civil.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Senhor Ângelo, está estourando o tempo. São três minutos.

**Cons. Ângelo Iervolino** - Eu ia pedir isso aí como pauta para a coisa aí. Então, eu acho, como praticamente essa talvez seja a última reunião desse atual Conselho, uma sugestão que ainda dá tempo de fazer uma pesquisa entre os Conselheiros o que acha que está acontecendo, por que desse esvaziamento. Hoje só viemos eu e a doutora Cristina como representantes das dez regiões. Então, a minha sugestão que aproveitar que esse pessoal ainda não deixou o CADES, talvez fazer uma pesquisa para saber se há alguma coisa de errado acontecendo com o CADES para ter esse esvaziamento. Obrigado.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Vou passar a palavra neste momento para o nosso Chefe de Gabinete, Rodrigo Ravena, que irá falar sobre a questão do Parque Natura Cabeceiras do Aricanduva.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Só completando a informação que o Seu Iervolino já deu, realmente a DUP foi reeditada. A implantação do parque decorre de um projeto de recuperação florestal e ambiental da ECOURBIS, que já tem TAC com a Secretaria. Isso vai ser implementado. O maior problema da implementação do parque é a regularização fundiária. Está bem encaminhado. Já estamos muito perto disso. A gente precisa do LEPAC, que é o levantamento planialtimétrico da área toda. É um processo de pedido de verbas no FMSAI para a gente poder fazer o LEPAC e apurar o valor da desapropriação. A DUP está em vigor. Tendo o LEPAC, a gente apresenta o pedido de desapropriação e indicação de valor para a Prefeitura, que deve fazer o depósito e essa área, a partir da regularização fundiária, pode se tomar as providências quanto à implementação do parque como um todo. Mas, ao mesmo tempo, a área menor, que é a fase 1, já é pública. Então, já está encaminhado dentro da Secretaria o projeto de implantação da primeira fase pela ECOURBIS. Foi apresentado agora, em fevereiro de 2018, o projeto pela ECOURBIS. A gente está analisando o projeto, fazendo as adequações, para já começar a implantação na pontinha que já é pública, que já é área pública; e, para outra**,** nós já fizemos o pedido de liberação do dinheiro para esse parque. São os dois pedidos de dinheiro que não são especificamente de fundo da Secretaria: é para esse parque e para o gradil do Parque dos Búfalos. Nós estamos aguardando a liberação do dinheiro. Liberado o dinheiro, a gente faz o LEPAC e encaminha a desapropriação. Não dá para dar encaminhamento nenhum individualmente com o proprietário porque nós precisamos da documentação para formalizar a desapropriação. Eu tenho uma sugestão para o proprietário: ele pode doar para a Prefeitura. A gente aceita. Pode vir aqui doar. É um instrumento possível. Eu não tenho que pagar nada, não preciso nem do LEPAC, eu não preciso pagar nada. Se ele quiser doar, a gente aceita a doação. Acho que eram essas as informações que tinha para dar, porque enquanto - e complementando a informação que já tinha sido dado pelo Devair, a gente está acompanhado, e agora um pouco mais, tendo em vista a denúncia. As equipes do DGD estão fazendo o acompanhamento bem de perto das invasões e pedindo o apoio da Subprefeitura para informar - nós não estamos no território o tempo inteiro -, para informar quando acontecer. A gente sabe que faz parte de um movimento que é natural de dois em dois anos. É cíclico, é parte da natureza urbana movimentos de ocupação de dois em dois anos. Não é de quatro em quatro, não é de seis em seis. É de dois em dois. E áreas específicas que já são típicas, como Cabeceiras do Aricanduva, como a parte toda do entorno das duas represas. A gente está intensificando, a atividade é permanente, com o apoio da GCM, da Polícia Militar e dos técnicos da Secretaria, para tentar impedir. Só que eu acho que a gente precisa -  vou repetir - fazer uma discussão do crescimento populacional da cidade de São Paulo e quais são os programas que podemos apontar como encaminhamento para a sustentabilidade e resiliência da cidade. Não adianta aqui só discutir a árvore. Eu tenho que discutir o resto. Era isso.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Vamos para o quarto ponto de ordem do dia, sugestões, manifestações para as próximas pautas, reuniões e assuntos gerais. Alguém tem alguma sugestão? Senhor Ângelo? Dois minutos, Senhor Ângelo.

**Cons. Ângelo Iervolino** - Ângelo Leste. Eu gostaria de retomar a questão de uma ocupação em área degradada, contaminada, na Avenida Aricanduva, que há umas quatro reuniões atrás eu deixei o número do processo, que está parado, que esse processo veio do Cades São Mateus. É um processo que nós viemos para a Secretaria está fazendo uns dois ou três anos e até agora não recebemos resposta, que não é questão de somente... A gente sabe que há falta de moradia, mas no local, quem conhece, é questão de saúde pública, porque eles estão construindo as casas em cima do lixo. Obrigado.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Com a palavra, o Senhor Secretário Ricardo Viegas.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Fazer um comentário, que eu estou fazendo um questionamento. Formalmente o Senhor fez esse encaminhamento para o CADES. É isso? E a informação que eu tenho comprova o que o Senhor está dizendo. Nós não respondemos ainda, é isso? Então fica o compromisso para a próxima reunião a gente apresentar um posicionamento com relação a esse seu questionamento, Ok?

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Dando por encerrado os trabalhos de hoje, passo a palavra ao Senhor Ricardo Viegas.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Já acabou a pauta para a semana que vem? O que que ficou incluído? (*vozes ao fundo*)

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Ligue os Pontos, Ibirapuera, área ocupada Aricanduva. (*vozes ao fundo*)

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Aricanduva vai falar de novo? Não, mas isso é uma resposta, não é uma apresentação técnica.

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Ligue os Pontos e Ibirapuera.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Ligue os Pontos e Ibirapuera, é isso?

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Foi isso mesmo.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Essa do Aricanduva, agora essa outra é uma resposta, é uma resposta que a gente tem que dar. Então ficou só essas duas?

**Devair Paulo de Andrade (Coordenador Geral)** - Isso mesmo, só as duas.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Não tem mais nenhuma coisa para apresentar?

**Cons. Delson Lapa** - Deixa eu aproveitar e dar uma informação. Delson Lapa. Também lá no Parque Aricanduva, nessa pequena área que é pública, era a parada de ônibus, um mini terminal, uma estação de transferência da SPTrans, e nós já estamos lá em contato com o pessoal da Secretaria do Verde, a Rosélia, e já fizemos o projeto de retirada. A própria Secretaria nos arrumou uma área e estamos fazendo uma parada bacana, adequada. Então, é mais uma ação do parque. Havia a proposta da gente fazer a apresentação da licitação. Nós estamos fazendo principalmente por causa do ponto, que está muito em discussão, que está diminuindo número de ônibus. Esclarecer isso melhor. Nós não falamos sobre isso. Comento isso lá para a gente poder trazer para o CADES?

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Deixa eu fazer, aproveitando isso. Voces já fizeram várias audiências em vários lugares.

**Cons. Delson Lapa** - Várias, várias, muitas.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Aqui ainda não, né?

**Cons. Delson Lapa** - Aqui não.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Por que que não fazemos audiência aqui? Eu acho que é importante, até porque a Secretaria vai fazer parte do Conselho lá que vai montar o decreto para fazer, tal. Acho que é fundamental que o CADES conheça o que é, seja até repetitivo para voces que já fizeram várias, mas acho que aproveitar aqui o espaço do CADES para fazer essa apresentação.

**Cons. Delson Lapa** - Eu acho que é perfeito, totalmente válido. Então, eu vou conversar lá com nosso novo Secretário, nosso novo Presidente, para fazer essa apresentação aqui.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Tá bom. Então ficamos com três assuntos, é isso? Ligue os Pontos, a concessão do Ibirapuera e a questão do projeto de mobilidade, é isso? Pois não.

**Cons. Ângelo Iervolino** - Ângelo. A questão de pauta solicitada. Há tempo eu e a Sueli vimos solicitar uma posição dos parques da Zona Leste, principalmente de São Mateus. Isso já foi solicitado diversas vezes e estamos aguardando ser agendado.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - O que é isso? Por favor, mais claro.

**Cons. Ângelo Iervolino** - Uma posição como estão os parques da região Leste. Tem parques que estão já funcionando, outros só estão no papel e a gente quer saber se vai sair ou não. Inclusive na gestão do Ravena a gente já havia solicitado isso. Eu tenho faltado por motivo de saúde. Eu sou um representante que acabo cobrando mesmo porque eu sou cobrado. Os dois Senhores, acho que é a primeira vez que a gente está conversando, meu papel aqui é representar a sociedade civil e isso que eu faço. Então, as demandas que eu tenho eu trago. Às vezes parece até que sou chato, só o Ângelo fala, fala, mas a minha posição como representante de um setor, sou obrigado a trazer as demandas. Obrigado.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Pois não.

**Cons. Rosa Ramos** - Rosa Ramos, da OAB. Esse tema das pautas, eu me recordo que algumas reuniões atrás nós tínhamos colocado da possibilidade de nós termos essas pautas elencadas a cada reunião, que nós recebêssemos isso, porque são assuntos que às vezes são colocados para virem para pauta seguinte, por várias razões, às vezes o próprio palestrante acaba adiando, mas que a gente tivesse isso elencado. Esse é um problema que às vezes acaba ficando para trás, especialmente para acabar estabelecendo prioridades. Fica aí a sugestão.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - É extremamente importante essa sua observação. Essa observação também do nosso representante. Eu acho que essa dinâmica, vai ao encontro do que o Senhor disse. Pode ser que a nossa reunião vai perdendo força e acho que é importante que ela ganhe força. E esse espaço que a gente tem como Conselho, para a Secretaria, para a Prefeitura, é fundamental. É importante reforçar esse posicionamento: que o CADES, para a Secretaria do Verde, ele é importante porque aqui a gente ouve. São aqui que as coisas são apresentadas. Esse seu questionamento com relação a parques - é que eu fui um pouco além já -, acho que estava na hora da Secretaria dizer quais os parques que ela tem, o que tem, o que não tem. Porque, assim, isso até para o Senhor saber. Na Zona Leste tem este. Ah, o resto não tem. Para a gente fica muito claro quais são os parques, porque fica ah, eu acho que vai ser, não sei o quê. Às vezes, eu acho que a nossa comunicação como Secretaria também falha nesse sentido porque a gente não diz quais são os parques, onde estão. Ficar um pouco mais claro isso. Aproveitando o seu questionamento, e quais são os parques que têm na Zona Leste, eu acho que a gente tinha que apresentar na pauta - e eu acho que o pessoal do DEPLAN pode fazer isso, ou o DEPAVE, enfim. Nós vamos fazer uma apresentação da Secretaria em relação aos parques que nós temos na cidade de São Paulo. Até para a gente dar uma zerada, sabe? Tem a fase dos cem parques. De lá para cá, o que aconteceu, o que não aconteceu. A gente se perde um pouco nesse período, que são teoricamente seis ou sete anos que se passou, a gente não sabe como está, o que tem, então acho que é fundamental que a gente apresente na próxima reunião para o CADES como é que estão, quais são os parques que hoje estão considerados na lista da Secretaria, Ok? Pois não.

**Rodrigo Ravena (Chefe do Gabinete)** - Rodrigo Ravena. Só complementando o que o Ricardo estava falando, deixar claro o que que é, e deixar claro, também, que a gente está pensando em alternativas para contemplar o que está previsto no Plano Diretor com relação a parques planejados ou áreas grafadas como parque. Elas estão grafadas como parque, mas não são parque. A maioria delas privadas. Existem outros elementos e outras alternativas no Plano Diretor que permitem a proteção dessas áreas sem, necessariamente, a gente andar no sentido contrário do governo, que é a desoneração. Então, a gente pode inclusive, a partir da definição do que é parque e quais dessas áreas a gente entende que são relevantes, começar outra discussão com relação ao que é instrumento de proteção e instrumento de ampliação da área verde no Município, partindo até do próprio PMMA.

**Ricardo Viegas (Secretário Adjunto)** - Eu agradeço mais uma vez essa oportunidade e já fica o convite para os senhores para a próxima reunião. Obrigado. Lembrando que é a ducentésima. Eu queria registrar.

**LUIZ RICARDO VIEGAS DE CARVALHO**

Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente e

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e

Desenvolvimento Sustentável – CADES

**Conselheiros presentes:**

|  |  |
| --- | --- |
| ALBERTO TIAGO CARVALHO VERONA | JOÃO HENRIQUE STOROPOLI |
| ALESSANDRO AZZONI | LUCIO FLEURY DE OLIVEIRA BICHARRA |
| ANDRÉA FRANKLIN SILVA VIEIRA | MONICA MASUMI HOSAKA |
| ANGELA MARIA BRANCO | MARIA CRISTINA OLIVEIRA REALI ESPÓSITO |
| Bruna gadelha suyama | Meire Fonseca de abreu |
| dELSON SILVA LAPA | Patricia Marra SEPE |
| EDUARDO STOROPOLI | ROSA RAMOS |
| Fabio de Alencar iorio | VITOR TORCINELLI RODRIGUES |
| GEORGE DOI | Vivian Prado Fernandes |

**Conselheira Suplente presente:**

DÉBORA PONTALTI MARCONDES

**Conselheiros com Justificativa de Ausência:**

CÉLIA MARCONDES / CRISTINA KIRSNER / JOSÉ EDILSON MARQUES DIAS / SUELI RODRIGUES / WALTER PIRES / VIVIAN MARRANI DE AZEVEDO MARQUES.

**Coordenador Geral:** Devair Paulo de Andrade

**Secretária Executiva:** Rute Cremonini de Melo